



Abril 2017

ISSN 2318-9118

Proteção social e inclusão financeira de mulheres rurais na agricultura familiar na América Latina¹

Bettina Gatt, Consultora de Gênero no Escritório Regional para a América Latina e o Caribe, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)

O quarto webinar da série "Proteção Social Sensível ao Gênero" explorou o potencial da proteção social para contribuir com o empoderamento de mulheres rurais, dando ênfase a programas de inclusão financeira na América Latina. O webinar foi ministrado em 30 de novembro de 2016, em espanhol, para uma audiência latino-americana e contou com contribuições de Paula Bustamante Suárez, ex-Ministra de Desenvolvimento e Inclusão Social do Peru; de Magdalena Mayorga, Assessora do Presidente do Conselho do BanEcuador BP; e de Soledad Parada (FAO).

A apresentação de Paola Bustamante Suárez discutiu o impacto das transferências de renda no empoderamento feminino, no contexto da agricultura familiar na América Latina. Vários governos na região implementaram um conjunto de intervenções para complementar programas de transferência de renda de grande escala. Esse fato levou a grandes avanços na proteção de mulheres vulneráveis e no fortalecimento de sua autonomia econômica. Na Colômbia, no Equador e no Peru, os programas de transferência de renda foram complementados por outras intervenções, com o objetivo de incluir, financeiramente, as mulheres e possibilitá-las de participar em atividades mais economicamente produtivas.

Para promover a autonomia econômica das mulheres, esses programas desenvolvem as suas capacidades em termos de educação financeira, apresentando-lhes os aspectos fundamentais da modalidade de transferência de renda. Bustamante Suárez mencionou a importância de se dar destaque especial às mulheres indígenas e de incentivá-las a participar de treinamentos em sua língua materna.

Os programas de transferência de renda contribuem para reduzir o nível de vulnerabilidade das mulheres rurais. Também foi apresentado, por Bustamante Suárez, o caso do *Haku Winay* no Peru. A promoção de iniciativas de empreendedorismo sob esse programa tem tido resultados positivos, visando aumentar o engajamento das mulheres em atividades que gerem renda, bem como o fortalecimento de suas capacidades produtivas. A abordagem de tal programa oferece oportunidade para promover meios de subsistência duradouros e a igualdade de gênero de maneira mais sustentável, por meio da promoção de comércios rurais inclusivos, assim como a formação de organizações e cooperativas rurais, a aplicação e a consolidação de sistemas produtivos com base na família e a educação financeira.

Bustamante Suárez destacou a importância das interligações entre proteção social, inclusão financeira e empoderamento feminino. Ela mencionou alguns desafios que se apresentam para a região, tais como a importância de se estabelecer conexões entre abordagens de proteção social sensíveis ao gênero e outras políticas públicas, além de fomentar maior compromisso ao empoderamento feminino entre instituições financeiras e do governo, como parte de um processo mais amplo de desenvolvimento sustentável.

No mesmo sentido, Magdalena Mayorga discutiu a relevância de se promover a inclusão econômica das mulheres para superar as lacunas de gênero da proteção social, com base na experiência do BanEcuador. Evidências atuais indicam que esquemas de inclusão social, por si só, não podem, necessariamente, assegurar o empoderamento econômico de mulheres beneficiárias. Eles precisam ser complementados por programas de proteção social, de forma a contribuírem, significativamente, para a redução da pobreza.

Durante a década passada, o governo do Equador enfatizou o desenvolvimento econômico, levando em consideração a igualdade social, sob a égide do plano nacional *Buen Vivir*. Com essa iniciativa, o BanEcuador BP concentra-se em uma abordagem técnica, operacional e administrativa para garantir o acesso das mulheres a serviços financeiros e a promoção de negócios de pequeno e médio porte, considerando impactos diferenciados por gênero.



Em sua apresentação, Soledad Parada destacou o potencial da inclusão financeira na redução das desigualdades de gênero. Abordagens complementares de proteção social e inclusão financeira apresentam oportunidades para governos, doadores e o setor privado trabalharem juntos de maneira mais eficiente para alcançar os objetivos comuns do desenvolvimento sustentável e inclusivo. O papel atribuído às mulheres como recebedoras do benefício em programas de transferência de renda não parece, necessariamente, levar ao empoderamento econômico e ao desenvolvimento sustentável. De fato, até os programas de transferência de renda que buscam abordar a desigualdade de gênero podem implicar fardos adicionais às mulheres por exigir mais de seu tempo e recursos para realizar determinadas tarefas.

Todas as apresentações frisaram que as transferências de renda têm o potencial para reduzir a desigualdade de gênero. Os programas no Peru e no Equador apresentaram vários resultados positivos em relação ao empoderamento feminino. Entretanto, tais iniciativas devem reunir o estabelecimento de programas interinstitucionais de proteção social, esquemas de inclusão financeira para mulheres e outras iniciativas de desenvolvimento. Portanto, é importante fomentar o comprometimento institucional, o desenvolvimento de capacidades de qualidade e assistência social para garantir que se alcance a igualdade de gênero dentro dos programas de proteção social.

Referências:

CENTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PARA O CRESCIMENTO INCLUSIVO (IPC-IG)/ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). "Protección social y la inclusión financiera de las mujeres en la agricultura familiar." Socialprotection.org website. 2016a. Disponível em: . Acesso em: 28 dez. 2016.

______. "Presentación Webinar – Protección social y la inclusión financiera de las mujeres en la agricultura familiar." Socialprotection.org website. 2016b. Disponível em: "> Acesso em: 28 dez. 2016.

Nota:

1. Este One Pager é um resumo do webinar, que é parte de uma série sobre proteção social sensível a gênero, uma iniciativa conjunta entre o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), com o intuito de fomentar uma comunidade de práticas para promover a igualdade de gênero na proteção social.